

Considerações sobre a edificação urbana de Faro no final do século XVIII

Tânia Rodrigues

Mestre em História da Arte (UAAlg)

Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA /UAAlg)

Introdução

Vários foram os estudos que surgiram sobre a cidade de Faro. Sobre diferentes temas e perspetivas e em diversas cronologias, uns mais específicos, outros mais abrangentes, nenhum abordou diretamente a questão da casa corrente urbana. É essencialmente sobre este tema que tratará o presente artigo. Propomos tecer algumas considerações acerca da edificação corrente farense de finais do século XVIII, até agora pouco explorada.

Os trabalhos dedicados à temática têm, em Portugal, focado sobretudo o espaço urbano medieval. No caso concreto da região algarvia os estudos incidem regra geral sobre núcleos que ainda mantêm relativamente preservadas as suas características originais¹, o que não se verifica na cidade de Faro. No conjunto urbano atual reconhecemos o quarteirão, o lote e até a casa nobre do Antigo Regime, mas não a casa corrente. Essa perdeu-se com o tempo.

Recuperaremos o casario corrente farense a partir das descrições constantes no tomo dos bens imóveis do concelho de 1794/95². Fonte repleta de informação que o tempo e o homem apagaram, permitiu-nos, a partir de uma análise aturada dos dados recolhidos, reconstituir uma outra realidade esvanecida da cidade de Faro dos finais de setecentos.

A 7 de Maio de 1794 o senado da câmara determina a revisão do tomo velho dos bens imóveis com a finalidade de cumprir o alvará pombalino de 23 de Julho de 1766, que previa fiscalizar e combater a administração gravosa praticada pelas câmaras na gestão dos seus baldios³.

Da análise morfológica do quarteirão, enquanto conjunto, à individualização do lote e até ao pormenor da habitação, procuraremos descrever em traços gerais o conjunto edificado de finais do século XVIII. Aperceber-nos-emos o quanto eles são devedores das características medievais dos mesmos. É como que o perpetuar das

¹ José Manuel Fernandes - *A Casa Popular do Algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. Faro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2007, pp. 19-31.

² Certo é que a especificidade do documento e dos dados recolhidos têm valor limitado. No entanto, o objetivo não foi o de abordar a imagem total do conjunto urbano, mas antes dar um contributo para a contínua construção da imagem da cidade que, enquanto espaço de vivências, se transmuta continuamente.

³ Em finais do século XVIII o senado detinha uma considerável importância no desenvolvimento urbano de Faro. Mas o referido alvará pombalino veio confirmar, mediante a execução deste tomo, que a gestão dos bens imóveis do concelho estava a ser descuidada. A cobrança dos foros, ainda que de baixo custo, não estava a ser devidamente acautelada e o edificado sofreu significativa transformação no decorrer desse último século.

formas e funções desse período. Apesar de capital do Reino do Algarve, Faro não deixa de constituir uma cidade de província, demasiado longe dos grandes centros, que concentravam populações capazes de fazer crescer não apenas em área mas principalmente em altura os seus núcleos urbanos. A cidade prosperou ao longo da época moderna sempre numa área que não se expandiu para além dos conventos implantados em zona periurbana e para além da própria cerca seiscentista. O núcleo evolui, transforma-se, adensa-se e, ainda antes de transpor estes limites, a cidade absorve as antigas hortas conventuais e colegial já nos finais do século XIX.

Morfologia urbana: quarteirões e lotes

No centro localizam-se os quarteirões mais parcelados e densificados. Constituídos por lotes onde a proporção largura / profundidade é mais acentuada, o índice de construção é maior e nos quais a largura menor corresponde àquela que confina com a via pública. Em oposição, o quarteirão de maiores dimensões e com índice menor, quer de parcelas quer de construção nas mesmas, localiza-se em zona de expansão. Embora com proporções diferentes, ambos os tipos mantêm, ao longo de toda a época moderna, áreas interiores de espaços verdes associadas a questões essencialmente de subsistência. O quarteirão mais central, com maior índice de construção, adquire formas mais regulares, quer seja quadrangular, retangular ou ainda sensivelmente triangular, resultado da adaptação ao domínio que a rua, enquanto espaço público, exerce sobre o edificado. Por outro e como seria de esperar, o quarteirão nos limites do núcleo encontra-se numa fase de definição formal, com limites ainda irregulares.

No interior das muralhas destacavam-se, no início da época moderna, a Sé, o Castelo, as Casas da Câmara, edifício modesto e isolado no seu adro, o Convento de Nossa Senhora da Assunção e, já dos finais de quinhentos, o Paço Episcopal. Estas eram as edificações de prestígio que, no interior da Vila Adentro, se articulavam entre si através do casario. A morfologia dos quarteirões resulta da relação entre os eixos estruturantes, que se articulam com as portas do núcleo muralhado e os *elementos primários*⁴ referidos e também com a própria muralha que definiu a forma dos quarteirões que lhe foram anexados. No interior da Vila Adentro o quarteirão é pois resultado de um processo evolutivo continuado onde o valor da rua medieval só parece ser superado por factos históricos pontuais que enfraqueceram a sua prevalência face ao edificado⁵.

⁴ Aldo Rossi, *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

⁵ Como foi o caso da expulsão dos judeus de Portugal que permitiu a transformação do quadrante sudeste do núcleo a quando da edificação do antigo convento de Nossa Senhora da Assunção, na primeira metade de quinhentos. Ou a transferência da sede episcopal para Faro originando a adaptação da igreja de Santa Maria e da construção ao longo da época moderna dos paços episcopais e respetivas dependências que no final do século XVIII ocupava já grande parte do quadrante noroeste do núcleo. Ou ainda o terramoto de 1755 ao qual o largo da

A planta de Sande Vasconcelos dos finais de setecentos⁶ mostra-nos uma imagem da cidade semelhante à atual. Mas pelo tombo de 1794 sabemos hoje que a Casa da Câmara, localizada “...no adro da Sé e casas da Câmara onde se fazem as vereações”⁷ foi, até ao século XVII, um edifício isolado. Estamos em crer que o adro que o antecedia lhe era exclusivo, atendendo ao facto de, até meados do século XVIII, o adro da Sé ter algumas casas entretanto destruídas pelo terramoto.

Um dos terrenos aforados pelo Deão da Sé, Francisco Xavier Lobo, estava descrito em 1794, como sendo uma antiga travessa transformada num armazém com quintal. A porta principal dava para a rua do Aljube e a do quintal para a rua paralela, sem denominação concreta no documento⁸. Como se deduz pelas medições de 21 varas de comprimento, de nascente a poente, por 3 varas de largura, de norte a sul⁹, correspondentes às dimensões da antiga travessa¹⁰. O quarteirão onde a partir de, pelo menos, o final do século XVII a Casa da Câmara se integra era portanto de menores dimensões. A existência de dois quarteirões poderá responder à inflexão para poente do limite sul deste quarteirão a quando da absorção desta travessa. A planta de Vasconcelos já regista esta forma.

Fora de portas identificamos zonas de crescimento do núcleo distintas a partir da morfologia dos seus quarteirões. Com características distintas, quanto à forma e orientação, estes resultam de elementos e fatores variados, ocorridos em períodos diversos do curso natural da vida da cidade.

Assiste-se a um desenvolvimento e expansão do núcleo relativamente orgânicos, a partir das portas da cidade entre a praça pública, aberta à ria e que concentrava já alguns edifícios de importância, e a zona alagada do sítio de São Francisco e algumas hortas, a sul da rua da Cordoaria. A morfologia destes quarteirões reflete as características orográficas do local, ao nível da disposição e orientação dos mesmos. Nesta zona da cidade o crescimento do núcleo processa-se de forma continuada para nordeste, durante o período de quinhentos. No entanto,

Sé é devedor da sua amplitude, com a remoção dos destroços das habitações arruinadas pelo cataclismo e que o bispo resolveu não reedificar por volta de 1758.

⁶ *Planta (...) da Praça de Faro, chamada V.ª Adentro (...)*. Executada pelo Coronel José Sande Vasconcelos. Finais do século XVIII. Biblioteca Nacional, D.55.R.

⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 489 – 490.

⁸ “...*rua que vai do adro da sé [e casas da câmara, entenda-se] para a rua que chamam dos sete cotovelos...*”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 405v.º-407v.º.

⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 489-490.

¹⁰ Cerca de 1698 a câmara aforou a Manuel Pinto uma antiga travessa com três varas de largo; As casas que D. Jacinta da Paz Furtado tinha na rua da Cruz das Mestras confrontavam a nascente com a casa de Rosa Maria e a travessa que vai para a Esperança. Media aproximadamente três varas; A 11 de Dezembro de 1724 Diogo Viegas Carreiro aforou dezassete varas de uma travessa que ligava a rua Nova Baptista Pinto à rua do Papa Lebres; A outra parte pertencia em 1794 a Mateus José. Tinha entre três a quatro varas de largo. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 479-482v.º, fólhos 59v.º-62, fólhos 337-339v.º e fólhos 339 v.º – 341 v.º, respetivamente.

logo no início do século XVII a construção do colégio de Santiago Maior e posteriormente a edificação da igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz constituem-se como dois pólos dinamizadores do desenvolvimento urbano moderno, respetivamente. Entre a porta do Repouso e a igreja de Nossa Senhora do Pé da Cruz ter-se-ão fixado as indústrias ligadas ao mar, como sugere o topónimo «cordoaria». Aqui existia ainda no final do século XVIII uma tercena de cordoeiros¹¹ e a maioria dos chãos concelhios eram emprazados por mareantes¹². Outro dos aspetos que atesta esta orientação no crescimento do núcleo relaciona-se com o carácter fundiário dos quarteirões entre a rua da Cordoaria e a rua de Santo António do Alto. Os quarteirões mais afastados do núcleo amuralhado apresentam-se ainda de grandes dimensões, com um índice de construção pouco significativo e com funções agrícolas associadas. Assiste-se gradualmente à transformação de zonas periféricas transformando a anterior divisão agrícola do solo. Por sua vez, os quarteirões mais próximos da Vila Adentro apresentam uma ocupação mais densa e são constituídos por um maior número de lotes. Este facto não é sinónimo de quarteirões de maiores dimensões. É antes consequência da extrema divisão do solo urbano onde o valor do mesmo fomenta uma ação iniciada há mais tempo. Como explica Luísa Trindade, a respeito das dimensões da casa medieval, “*Vários factores permitem explicar as reduzidas dimensões (...) a disponibilidade financeira (...) directamente proporcional aos recursos económicos do proprietário/arrendatário (...); a localização na malha urbana. Diminui nas zonas de maior centralidade, onde o solo é mais caro e a ocupação mais densa, com tendência para aumentar em superfície na periferia*”¹³. Denuncia, a nosso ver também, o (ou um dos) sentido(s) do crescimento urbano. A organização medieval do solo nesta zona é de difícil reconstituição a partir de dados tão tardios como os do tomo de 1794. Mas na cidade atual, ainda que bastante alterada, esta fonte permite comprovar a permanência da divisão e da (re)organização do solo durante a época moderna, fomentando o desenvolvimento urbano¹⁴.

¹¹ “...um terreno hoje reduzido na sua maior parte a casas. Os foreiros têm um quintal e uma trazana de cordoeiros...” ADF – AHCMF – Série D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 218-222.

¹² Domingues Alves; Samuel José; Vitorino José (fl. 225-231); Francisco Tavares o “cara larga”; Francisco Martins o “papagaio”; António dos Santos; Manuel do Nascimento, são alguns dos mareantes residentes na zona da Cordoaria. Temos ainda referência a um cordoeiro, de nome Pedro Dias, cujas casas confrontavam a poente com as do foreiro Manuel Alves ou Alvares. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 211 v.º - 213, fólhos 221 – 221 v.º; fólhos 228 – 228 v.º; fólho 229; fólhos 234 – 236; fólhos 447 – 450 e fólhos 215 v.º 218, respetivamente.

¹³ Luísa Trindade – *A casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média Aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 34 - 35.

¹⁴ “...o parcelamento do terreno, enquanto por um lado é uma degeneração da cidade, por outro promove concretamente o seu desenvolvimento.”. Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmos, 2001, p. 226.

Tomemos como exemplo o quarteirão a nascente da atual rua de São Francisco (fig. 1). Com 65 varas de norte a sul por 34,5 varas¹⁵ de poente a nascente, comporta cerca de dezasseis chãos emprazados, todos construídos. A extremidade sul do lado nascente tinha, em 1794, ainda algum terreno baldio como se pode ver pela reconstituição feita a partir da documentação e ainda pela planta embora tardia de 1869/71 (figs. 1.1 e 1.2). Sabemos que foi inicialmente um fumeiro¹⁶ que pertenceu ao alferes Bartolomeu Lopes Cortes, cujas casas correspondentes localizavam-se no gaveto da rua de São Francisco com a rua Castilho. O fumeiro ocupava toda a área entre as ruas de São Francisco e do Tecelão mas desconhece-se o comprimento exato, embora tenhamos referência a outras terras baldias. No decorrer do século XVIII este fumeiro foi sucessivamente subdividido dando lugar a um quarteirão com duas frentes principais, composto quer por lotes de frente única, confrontantes entre si pelos quintais individuais no interior do mesmo, quer por lotes de duas frentes, excetuando-se, como já referimos, o extremo sul do lado nascente que não se encontrava ainda totalmente definido, certamente devido à proximidade do canal da Alagoa. Este lado do quarteirão confronta com um eixo secundário, uma pequena travessa que, não tendo designação própria, é descrita como “...travessa que vem da rua de São Francisco para a rua da Atafona...”¹⁷. Por sua vez o lado norte, embora igualmente confrontando com uma rua secundária, regista três moradas de casas cujas fachadas principais davam para esta artéria¹⁸.

O quarteirão a nascente, cujos *prédios* eram de dimensões consideravelmente superiores, manteve-se durante o século XVII maioritariamente não construído. Em 1794 esta imagem alterara-se bastante. O núcleo adensa-se à medida que se constrói em *prédios* antes dedicados a pequenas atividades agrícolas como os fumeiros, muito frequentes entre o casario fareense. José Vicente Serrão salienta a importância das “...árvores de fruto, desde as mais tipicamente mediterrâneas (figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras), especialmente abundantes no Algarve, onde constituíam mesmo o suporte da respectiva economia. (...) Refiram-se também as hortas, que, a despeito de ocuparem uma área limitada da superfície agrária, desempenhavam um papel de extrema importância na satisfação das subsistências alimentares quotidianas. Por esta razão, elas eram parte indispensável da paisagem rural periurbana e mesmo intra-urbana...”¹⁹. Era o campo na cidade. O antigo fumeiro era agora apenas quintal que ainda se regista como

¹⁵ Valores aproximados.

¹⁶ “...recinto em que se prepara o figo destinado à exportação.” José Pedro Machado (coord.), *Grande Dicionário de língua Portuguesa*, Lisboa, Alfa, vol. III, pp. 160-161.

¹⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 320-322v.º.

¹⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 289-296.

¹⁹ José Vicente Serrão. «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução». José Mattoso (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*, vol. 4.º, Lisboa : Ed. Estampa, pp.77.

“...a que chamam fumeiro...”²⁰ e pertencia ao reverendo chantre António José Aires, do que se conclui que já não servia esta atividade.

Assiste-se portanto naturalmente a uma gradual densificação e consolidação dos quarteirões periurbanos. Consequência do parcelamento do solo que promove a evolução do núcleo alterando consecutivamente a forma e a imagem da cidade (figs. 2, 2.1, 2.2 e 2.3).

No caso de quarteirões de forma retangular, em que obviamente as fachadas principais constituem os dois lados de maior comprimento dos mesmos, os lotes resultam do seu preenchimento total onde apenas os quintais, maioritariamente individuais, constituem área não construída. A forma dos quarteirões nesta área varia entre o retangular, o quadrado e o triangular até, fortemente condicionados e orientados por artérias medievais como a rua da cordoaria, ou pelas características orográficas dos locais onde os canais de água atravessavam diversas zonas da cidade.

À medida que o núcleo se densifica crescem nos limites das grandes propriedades (hortas conventuais, colegial ou privadas) frentes de rua definidas por casas em banda, implantadas nos seus limites, cujas traseiras confrontam com os muros destas propriedades, consolidando caminhos anteriormente delineados. Identificámos o lado sul da rua da Cordoaria que contorna a antiga horta do Cães, pertença do capitão-mor Manuel Figueiredo Mascarenhas Manuel²¹; o conjunto que se desenvolveu anexo ao muro sul da horta do Colégio na rua das Alcaçarias pertença do capitão Francisco Furtado Sarre e Ana Gertrudes; ou ainda o conjunto na rua Nova Baptista Pinto anexo ao antigo muro do convento Capucho. Este edifício conventual, de características de implantação territorial próprias²², constituiu-se como limite e barreira do núcleo mas simultaneamente como pólo dinamizador de

²⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombo dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 243v.º- 249v.º

²¹ O tomo de 1794 refere-se a esta propriedade como a “...horta de São Francisco, assim chamada...”, embora tenhamos optado pela anterior designação de Horta dos Cães para diferenciá-la da “verdadeira” horta conventual de São Francisco a esta anexa. Sobre esta questão ver: José Eduardo Horta Correia - “A Torre da Horta dos Cães”. *Monumentos*, n.º 24. DGEMN: Lisboa, pp. 106-115. Estamos, no entanto, em condições de antecipar a data a partir da qual esta horta começou a ser chamada por Horta de São Francisco. Ver também: Catarina Almeida Marado – *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla. 2007. Vol. 1. Capítulo 3.4.3. El caso de Faro: la importancia de los suprimidos conventos en la transformación de la ciudad de finales del siglo XIX”, pp. 204 – 213. (policopiado). A autora distingue entre Horta de São Francisco e Horta do Quartel num contexto pós extinção das ordens religiosas.

²² “Los conventos capuchos de Tavira y Faro, a los que denominamos de “segunda generación”, esto es, de fundación urbana, tuvieron también un modelo propio de implantación en la ciudad. Se sirvieron de un espacio público (una calle o una plaza) e instalaron su casa de modo que la fachada de la iglesia – único elemento que conectaba con el exterior – quedara orientada hacia la zona contigua, creando así un área de encuadramiento – un pequeño espacio público – que la hacía más visible, reforzada además por el muro de la cerca, que nos conduce la mirada hacia su fachada.” Catarina Almeida Marado – *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tesis doctoral. Universidad de Sevilla. Vol. 1, 2007, pp. 114. (policopiado)

um espaço em processo de consolidação urbana até ao final do século XVIII²³. Referimo-nos ao bairro ribeirinho, de origem medieval tardia e afirmação moderna. A malha urbana deste conjunto, aparentemente ortogonal, sugere um tipo de quarteirão de morfologia retangular. Com características formais muito próprias, este conjunto urbano destaca-se do restante núcleo. Só tardiamente se construiu o edifício onde veio a instalar-se a Alfândega, numa afirmação de superioridade relativamente ao conjunto habitacional do próprio bairro. Era o edifício dos Armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns²⁴, individualizado quer pela posição isolada quer pelas suas invulgares dimensões, afirmando-se como nova fachada. Parece-nos evidente como, no bairro ribeirinho, a importância da *rua* prevalece relativamente ao edificado, definindo a forma e orientação dos seus quarteirões. A rua de São Pedro constitui-se como elemento de charneira na composição do conjunto dos quarteirões que compõe e caracterizam o bairro ribeirinho, ao nível da orientação das suas fachadas. A sul desta artéria os quarteirões compõem-se maioritariamente por duas frentes orientadas para poente e nascente. Os lotes são anexos pelos quintais interiores, respeitando a orientação da rua Direita. A norte da referida rua de São Pedro os quarteirões, com igual número de frentes principais orientam-se, por sua vez, no sentido norte e sul e o logradouro interior continua a ser o elemento que une lotes contíguos. Assim, identificamos um tipo de quarteirão normalmente retangular, em que os lados de maiores dimensões são paralelos à rua Direita e os de menores dimensões são consequentemente perpendiculares a esta artéria.

Relativamente ao parcelamento interno do quarteirão, independentemente da sua orientação no espaço, este constituía-se por duas fachadas principais opostas entre si, o que resulta no lote de frente única. O interior dos quarteirões compunha-se de logradouros privados ou semiprivados de cada habitação ou de um pequeno número de habitações (figs. 3 e 3.1).

A caracterização do lote de finais da época moderna de um modo geral afigura-se de maior dificuldade dada a falta de detalhe na já por si escassa cartografia antiga. Este reflete, em parte, as características do quarteirão em que está inserido. Isto é, a sua dimensão e forma variam consoante a dimensão e a forma do quarteirão. Identificamos lotes estreitos e profundos, justapostos em artérias consolidadas, com fachada única ou duas fachadas, dependendo essencialmente se o quarteirão é mais quadrangular ou se é mais retangular. Total

²³ "Quer como polos dinâmicos, quer como barreiras, os conventos, pela sua escala, constituem sempre espaços a um tempo rígidos – na medida em que marcam fortemente as malhas, não sendo fácil alterar as dimensões e até o edificado..." Jorge Gaspar – "Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade". Virgínia Frois (coord.) - *Conversas à volta dos conventos*. Évora : Casa do Sul, 2002, p. 89.

²⁴ Optámos por usar a designação corrente em Faro, como ficou registada no tomo. Mas a designação correcta deste organismo instituído em 1773 era *Companhia Geral das Pescarias Reaes do reino do Algarve*. Merja Muzavor – *A Alfândega de Faro*. Tese de licenciatura em Património Cultural, Faro : Universidade do Algarve, 2006, p. 28. (policopiado).

ou parcialmente construído, o lote de menor largura localiza-se em área urbana cuja ocupação é mais antiga, o que se reflete numa artéria perfeitamente definida sem lugar a vazios entre um e outro lote, pois a construção, que surge sempre face à rua, remete para o interior do lote o espaço não edificado. Apercebemo-nos portanto que ao lote urbano de características rurais, de grandes dimensões e associados a atividades agrícolas, sucede o lote de pequenas dimensões com funções maioritariamente habitacionais, transformando quarteirões constituídos por amplos *prédios* em espaços parcelados e construídos.

Situações como estas sucedem-se essencialmente em zonas de expansão do núcleo. Em zonas de ocupação mais antiga e consolidada assiste-se à diminuição da largura do lote e das construções neles existentes. Com a proximidade do centro e com o crescente valor do solo (decorrente dessa centralidade) a largura dos lotes é tendencialmente menor.

Para além do lote retangular, tanto mais acentuado quanto menor a largura do lado confinante com a rua e do lote retangular com fachada mais ampla que lhe diminui esse aspeto alongado, temos ainda um outro tipo de lote em finais deste século. É o lote de formas irregulares e identificamo-lo essencialmente em quarteirões onde a confluência de ruas criam por vezes ângulos diferentes que se traduzem em formas igualmente irregulares. Configuram a adaptação do edificado face ao predomínio, e muitas vezes face à antiguidade, de eixos viários medievais. Neles se construíram edifícios de gaveto com duas, ou a até com três fachadas dependendo do ângulo resultante da intersecção entre ruas.

Edificação urbana

No conjunto dos *prédios* vistoriados concluiu-se que sobre o foro concelhio está edificado essencialmente a casa corrente de características simples. A construção desenfreada que Faro viveu na segunda metade do século XX, fez perder grande parte do testemunho físico da casa corrente deste período.

Entre o conjunto edificado destaca-se a morada de casa de frente única. Mas também a morada de casas composta por duas fachadas, resultantes quer da ocupação total do solo entre eixos viários paralelos, quer configurando gavetos resultantes da intersecção perpendicular entre duas ruas.

Falar de dimensões, quer seja para identificar a relação entre largura e profundidade, ou a relação entre área construída e área não construída, ou para falar de área bruta *versus* área útil ou ainda de alturas é, no conjunto dos dados estudados, muito difícil de atingir resultados dada a ausência de medições pormenorizadas constantes. Calcular a área de determinada habitação a partir do perímetro do *prédio* é inviável quando por exemplo a casa tem sobrado. Apesar da área ocupada manter-se, a existência de sobrado, cujas dimensões não se registaram individualmente, faz aumentar a área útil do *prédio*. Não basta duplicar o

valor do chão porque muitas vezes o sobrado não corresponde à área total do piso térreo. O mesmo raciocínio se aplica se quisermos determinar a área construída, porque são inexistentes os registos que medem o quintal. A altura, por sua vez, é uma medida em termos numéricos completamente omissa neste documento. Apenas pudemos avaliar as construções desta época pelo número de pisos. As suas descrições, umas mais detalhadas que outras, mostram-nos que, no final do século XVIII, predomina o edifício de piso térreo. Em menor número mas também com alguma relevância registam-se moradas de casa com dois pisos. Como já referimos, é igualmente frequente a existência de pequenos logradouros para o amanho de terras ou com uma ou outra árvore de fruto. Alguns destes espaços eram, não raras vezes, partilhados por um ou mais vizinhos confinantes.

Ao nível das coberturas das casas são vagas as informações disponíveis mas permitiram-nos registar as duas principais categorias: planas (terraços) ou inclinadas.

Identificámos vinte e sete açoteias e nove alpendradas. Das vinte e sete açoteias registadas depreendemos, pela forma como algumas foram descritas, que este tipo de cobertura é conjugado com telhados de duas ou quatro águas, embora estes nunca sejam referidos. Registam-se os seguintes casos: “...dois sobrados com açoteia...”²⁵; “...seis casas uma delas com açoteia...”²⁶; “...metade de uma alpendrada com açoteia por cima...”²⁷; “...quatro casas com açoteia...”²⁸; “quatro casas térreas, um sobrado e uma açoteia...”²⁹; “...parte de um armazém e por cima um sobrado com uma açoteia...”³⁰; “três casas altas e uma açoteia e por baixo de todas um armazém...”³¹ e “...uma cavaliça (...) por cima uma açoteia...”³². O registo da existência de açoteia face à ausência de registo do tipo de coberturas na restante construção dever-se-á porventura ao facto de a açoteia constituir um espaço utilizável ao contrário do telhado.

Relativamente à alpendrada a maioria dos registos permitem concluir que este elemento construtivo se localiza sem exceção no quintal. Desconhecem-se

²⁵ Uma morada de casas na rua do Bousela. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 75-76v.º.

²⁶ Uma morada de casas na rua e largo do Colégio. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 78v.º-79.

²⁷ Construções, que confrontam com as casas dos foreiros, na rua das Alcaçarias. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 126v.º-128.

²⁸ Umas casas no sítio da Alagoa. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 238v.º-240v.º.

²⁹ Umas casas na rua da Alagoa. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 240v.º-243v.º.

³⁰ Um armazém, na rua da Praça Velha. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 344-346v.º.

³¹ Uma morada de casas na rua da Carreira. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 376v.º-379.

³² Uma cavaliça, no quintal das casas dos foreiros, na rua da Cordoaria. ADF – AHCMF – Série D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 444v.º-447.

edifícios com alpendre na fachada principal até porque da totalidade das construções visitadas apenas uma tinha logradouro na frente da casa³³. Algumas descrições sugerem uma estrutura independente da habitação: “...um quintal com alpendrada ou cavalariça...”³⁴; “...um quintal com alpendrada e parte de um poço...”³⁵; “...um quintal e neste uma alpendrada...”³⁶; “No quintal está uma pequena alpendrada e metade de um poço...”³⁷ e “...um terreno que antes foi travessa (...) reduzido a uma alpendrada e cavalariças...”³⁸, o que não inviabiliza, no entanto, que esteja ligada por um dos lados à habitação.

A casa corrente

Abordamos as características formais gerais do conjunto edificado que nos permitiram reconstituir em traços largos a imagem urbana setecentista fareense. Propomo-nos agora, a partir dos casos estudados, classificar a *casa corrente* fareense com base nas suas características estruturais internas e demonstrar o seu contributo para essa mesma imagem.

Apesar de pouco detalhadas, as descrições das moradas de casas nos finais do século XVIII denunciam uma certa simplicidade formal, em particular no que à compartimentação interna diz respeito. Identificamos quatro tipos de habitação corrente, de composição simples e estruturalmente semelhantes: a morada de casa de compartimento único; a morada de casa constituída por duas casas térreas; a morada de casa constituída por casa e sobrado; e a morada de casa constituída por várias casas.

Reconhecemos o tipo primário de habitação corrente: a casa de um piso e compartimento único, quase sempre referida como “casa térrea” ou simplesmente “casa” (fig. 4 : tipo 1).

Esta é a base da arquitetura corrente pois que da sua duplicação horizontal tem origem o segundo tipo: a habitação constituída por duas casas. Podendo esta variar consoante presente ou não quintal no fundo da habitação.

³³ A morada de casa de Carlos Frederico Kruse, no sítio do Poço dos Cântaros. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 – 124.

³⁴ No quintal dos foreiros, na rua da Praça Nova que vem da Praça Nova para o largo do Senhor dos Afitos. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 165v.º-167v.º.

³⁵ Numa morada de casas na rua do Pé da Cruz. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 200-200v.º.

³⁶ Numa morada de casas na rua de Santo António dos Capuchos. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 398-400v.º.

³⁷ Num quintal interior, pertencente a um armazém dos foreiros, na rua do Largo da Cadeia também chamada de rua da Estalagem Nova. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 412-414.

³⁸ No quintal do foreiro, na rua do Zambujeiro. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 479-482v.º.

Constatámos a transformação que a elementar «casa térrea» sofreu ao longo de décadas. Na maior parte dos casos está anexa a outras moradas de casas dos mesmos foreiros e/ou proprietários. Algumas delas partilham quintais, sendo portanto poucas as que restam na forma mais elementar.

Na rua da Cruz das Mestras existia em 1794 “...uma casa quadrada...”³⁹, que pertencia a Rosa Maria. Ficava de gaveto com uma antiga travessa que seguia em direção à ermida da Esperança, que acabou por ser absorvida pelo edificado. Media seis por seis varas. A concisão com que é descrita é, por si só, sinónima da simplicidade da casa corrente no seu tipo mais elementar.

A ampliação em altura ou a ocupação do quintal nas traseiras da casa era muitas vezes a solução encontrada para a falta de espaço. Mas quando não havia lugar à ampliação possível recorria-se à anexação de pequenas moradas de casas. No “...sitio do adro de São Pedro ao pé do poço...”⁴⁰, onde nos finais do século XVII existia apenas um quintal estavam, em 1794, construídas quatro casas desta tipologia básica, três das quais pertencentes aos foreiros Amaro de Santa Teresa e Catarina da Conceição. Estaremos perante uma tentativa de ampliação da área habitacional com recurso à união de várias casas como verifica, para o período medieval, Luísa Trindade em Coimbra, “...para contornar a escassez de espaço recorria-se, em determinadas situações, ao chamado «assentamento de casas», ou seja, à junção de várias unidades habitacionais que, ainda que sem ligação directa entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário”⁴¹.

A segunda tipologia identificada – moradas de casas constituída por duas casas térreas (fig. 5 : tipo 2) – é a mais recorrente na cidade de Faro setecentista. Também aqui a habitação podia ou não ocupar a profundidade total do lote⁴². Existir quintal nos fundos da casa com terreno destinado à agricultura de subsistência ou à plantação de algumas árvores de fruto, como já tivemos oportunidade de referir, era também prática ainda recorrente no final do século XVIII⁴³. Como nos casos registados na primeira tipologia também nesta pode acontecer as moradas de casas estarem anexas a outras habitações dos mesmos foreiros ou proprietários, sem que isso deva ser diretamente assumido como tendo acesso interior entre elas. Embora

³⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 62-64.

⁴⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 10v.º - 13.

⁴¹ Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 38.

⁴² Prática frequente em período medieval com observou Luísa Trindade. Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 28.

⁴³ Apenas para citar alguns exemplos: “...um quintal com sua parreira...”; “...casas com quintal grande com poço e tanque, parreiras e outras árvores de fruto...”; “...dois quintais, um com árvores pequenas plantadas há pouco tempo...”; “...um quintal de semear árvores de fruto...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 13 v.º - 15 v.º; fólhos 42 - 42 v.º; fólhos 231 - 233 v.º; fólhos 401 - 403.

seja possível identificar a localização na planta atual da cidade de alguns destes registos, nenhum destes edifícios resistiu ao inevitável progredir da expansão e da transformação urbana.

Se em alguns casos a dimensão da habitação permitia a compartimentação de um espaço único, possibilitando a individualização funcional, a maioria das moradas de casas de Faro setecentista mantém as características elementares de séculos anteriores. Surgem por vezes referências tais como: “...*câmara que serve de cozinha...*”⁴⁴ ou “...*casa que serve de câmara a qual tem uma chaminé...*”⁴⁵, que nos remetem para a polivalência dos compartimentos, resultado certamente da falta de espaço de muitas destas habitações onde vemos acumularem-se funções num mesmo lugar. Portanto, na questão da “...*utilização funcional do espaço interior...*”, Faro não difere das cidades apresentadas por Manuel Alves Conde, sendo Silves a que se situa mais a sul no conjunto de cidades referidas⁴⁶.

Nos lotes cuja área não era totalmente construída o espaço excedente podia configurar desde o simples quintal nos fundos da casa, ao pequeno logradouro ou terreno para cultivo, como espaço de maiores dimensões simplesmente baldio. Podiam ser individuais de cada habitação mas também era recorrente serem partilhados por dois ou ainda mais vizinhos.

A terceira tipologia – morada de casa constituída por casa e sobrado (fig. 6 : tipo 3) – é portanto a duplicação vertical da primeira, mas no conjunto identificado a questão que sobressai é o reduzido número de casos existentes. Em finais do século XVIII não era, aparentemente, frequente a existência da casa térrea única e sobrado.

Na terminologia usada na descrição destas casas, o mais frequente é o «sobrado», mas surge, não raras vezes, o termo «alto»⁴⁷ quando o número de compartimentos é igual ao do piso térreo, isto é, “...*com altos à proporção...*”. É raro, mas acontece, o tabelião iniciar a descrição do edifício pelo piso superior. E aqui a situação inverte-se, ou seja, são nestes casos os “...*baixos à proporção...*”⁴⁸ do número de compartimentos do piso superior.

Como vimos na tipologia anterior a questão da plurifuncionalidade do espaço interior depende da dimensão desse mesmo espaço. Ou seja, tem tanto de

⁴⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 196 – 211 e fólhos 257 v.º - 259 v.º. No total do universo de habitações descritas no tombo são contabilizadas como «cozinha» cerca de vinte e seis divisões.

⁴⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 442-444v.º.

⁴⁶ Manuel Sílvia Alves Conde – *Sobre a Casa Urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média, Revista Arqueologia*, n.º 5, Porto : Edições Afrontamento, p. 247-248.

⁴⁷ No total de todas as moradas de casas com dois pisos, e não apenas nesta tipologia, contabilizaram-se quase centena e meia de sobrados ou altos.

⁴⁸ “*Uma morada nobre composta por doze casas altas, varanda e quintal com baixos à proporção.*” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º. 247 v.º.

relativo à área do lote como à área do edifício em si. Isto é, quando o lote não permite ampliação horizontal esta pode fazer-se no sentido vertical dando origem ao sobrado. E nestas situações pode ocorrer o piso térreo ter uma função económica-comercial, dando lugar a um armazém ou uma loja.

Para além da questão da individualização funcional do espaço, o alteamento do edifício pode resultar apenas por simples falta de espaço por onde ampliar horizontalmente. Veja-se o caso das casas da foreira Jacinta Rosa França, na rua do Rosário. Anexas às suas casas (que não estavam incluídas no foral) tinha uma “...casa que serve de cozinha para a qual se descem dois degraus e por cima dela onde era uma varanda e hoje é um sobrado para o qual se sobe por uma escada que está no quintal...”⁴⁹.

A última tipologia identificada no conjunto do edificado farenses – morada de casa constituída por várias casas (figs. 7 a 7.5 : tipo 4) – encera algumas variantes. Como as anteriores tipologias, estas construções podem ter quintal ou pequenos terrenos de cultivos nas traseiras da morada de casa. A inexistência deste resulta num lote cuja área é totalmente ocupada pelo edifício.

No universo da documentação estudada as moradas de casas de grandes dimensões que ocupavam a área total dos respetivos lotes, constituem em finais do século XVIII uma minoria, poucas não tinham mais espaço horizontal para onde crescer, a menos que absorvessem alguma azinhaga⁵⁰, beco⁵¹ ou mesmo travessa⁵² ou que lançassem sobre a rua um sobrado sobre arco⁵³. Na maioria dos casos assistimos às mais diversas situações. Desde construções com “quintalinho”⁵⁴, “quintal” ou “quintal grande de semear”⁵⁵, com ou sem poço, tanque ou nora, a

⁴⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 190-192.

⁵⁰ “...quintal ao qual pertence uma azinhaga que um dia foi travessa e que agora está tapado, com porta para a rua dos Armazéns da Companhia das Reais Pescarias dos Atuns...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 416 v.º - 418 v.º.

⁵¹ “...um terreno que a câmara aforou pela primeira vez ao capitão Jerónimo Rebelo em 1687, que era antigamente um beco hoje reduzido a...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 351 v.º - 354 v.º.

⁵² “...uma morada de casas em parte edificada sobre o terreno que era travessa e que foi aforado em 1724 [Dez, 11] a Diogo Viegas Carreiro...”; “...umas casas que foram travessa hoje reduzido a um corredor com sobrado e...”; “...um térreo que antes foi travessa e que a câmara tinha aforado a Manuel Pinto, por 100 reis, hoje reduzido a uma alpendrada e cavalariças dentro do quintal do foreiro...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos; 337 – 341 v.º; fólhos 355 – 357; fólhos 479 -482 v.º, respetivamente.

⁵³ Prática corrente desde período medieval, como nos refere Luísa Trindade a respeito da “...forma como a própria casa conquistava espaço à rua privatizando ar e solo comunitário”. Luísa Trindade – *A Casa Corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra : Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 101.

⁵⁴ “...uma morada de casas composta por duas casas uma cozinha e um quintalinho...”; “...umas casas e um quintalinho...”; “...casas compostas por quatro casas e uns quintalinhos...”; ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 332 – 334; fólhos 405 v.º - 407 v.º; fólhos 425 – 427, respetivamente.

⁵⁵ “...quintal grande de semear...”; “...casas, um quintal de semear arvores de fruto, um fumeiro...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 - 124; fólhos 401 - 403, respetivamente.

“logradouros” atrás ou mesmo à frente da casa⁵⁶, “alpendradas”⁵⁷ ou “cavalariças”⁵⁸ e “casinhas” nos fundos da casa, destinados aos mais diversos usos do quotidiano⁵⁹.

Quanto maiores eram as áreas dos edifícios, maior era o número de compartimentos interiores e mais especializados eram os espaços. Como já tivemos oportunidade de referir, relativamente à tipologia anterior, o alteamento do edifício estava por vezes associado à individualização funcional do piso térreo que, por sua vez, poderia estar relacionado com a condição profissional do seu proprietário.

As casas até quatro compartimentos internos são maioritariamente térreas. Entre as com cinco ou com seis divisões são quase tantos os registos com um piso como com dois pisos. E acima das sete divisões são quase sempre com sobrado, como podemos ver nesta tabela:

n.º divisões	Térrea	c/ sobrado	c/ 3 pisos	Total
3	23	5	0	28
4	26	8	0	34
5	11	8	0	19
6	4	4	0	8
7	0	4	0	4
8	2	3	0	5
9	0	2	0	2
mais de 9	2	7	1	10
Total	68	41	1	110

Identificamos seis variantes nesta tipologia, facto associado a um maior número de divisões internas das moradas de casas. A primeira resulta

⁵⁶ “...o foreiro tem também oito varas de terreno que serve do logradouro na frente da casa para onde dão as portas principais...” ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 121 – 124.

⁵⁷ “...um chão baldio reduzido a quatro casas e uma alpendrada...”; “...uma moradas de casas composta por quatro casas um quintal com alpendrada e...”; “...umas casas (...) compostas por quatro baixos e quatro sobrados, quintal poço e alpendrada...”; “...uma moradas de casas composta por três casas um sobrado, uma açoteia, quintal uma alpendrada e um poço...”; “...compostas por quatro casas e um quintal e neste uma alpendrada...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 35 v.º - 37 v.º; fólhos 200 - 200 v.º; fólhos 296 v.º - 299; fólhos 308 v.º - 311; fólhos 398 - 400, respetivamente.

⁵⁸ “...cavalariças e palheiro sobre esta...”; “...quintal e cavalariças...”; “...quintalinho, cavalariças e uma varanda por cima à qual se acede por uma escada existente...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 101 v.º - 103 v.º; fólhos 137 v.º - 140; 371 v.º 374, respetivamente.

⁵⁹ “...e resto do quintal com poço e parreira, duas casinhas de despejos...”; “...quintal com poço e duas casinhas, uma serve de cavalariças e a outra tem uma caldeira de destilar aguardente...”. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 185 v.º - 187; fólhos 334 – 337, respetivamente.

essencialmente da fusão da segunda com a terceira tipologia, isto é, duas casas térreas com os respetivos dois sobrados (fig. 7 : variante 01).

Igualmente relevante, mas pela diversidade que pode constituir, é a morada de casa composta por três casas. Embora não possamos afirmar explicitamente, por falta de dados descritivos a respeito da disposição internas destas habitações, arriscamos dizer que quando se tratavam de casas térreas, a morada de casas desenvolvia-se longitudinalmente, em lotes por normas mais profundo do que largos.

Para além das três casas o edifício podia também ter o seu quintal com um poço ainda que este pudesse ser partilhado com um ou mais possuidores de edifícios confinantes (fig. 7.1: variante 02).

Se por outro lado a moradas tivesse sobrado, este piso superior podia ocupar parcial ou totalmente a área construída, originando diversas volumetrias consoante a correspondência deste com a(s) casa(s) térrea(s) (figs. 7.2 e 7.3 : variantes 03 e 04). Nos casos estudados, as descrições reunidas registaram diversas situações: a existência de um sobrado correspondente apenas a uma das casas do piso térreo. Este podia simetrizar a casa dianteira se estivesse à face da rua ou a câmara se estivesse recuado sobre a divisão interior do edifício, dando assim lugar ao aparecimento de açoteias ou varandas, que não raras vezes ficaram registadas na documentação. O capitão Francisco Samuel Furtado possuía uma morada de casas composta por “... casa térrea, cozinha com sobrado nesta, quintal com poço e açoteia...”⁶⁰. A descrição é explícita quanto à localização do sobrado no conjunto da habitação, embora este edifício, bem como os restantes estudados, não existe atualmente.

Registamos também a composição interna inversa da variante 03. Ou seja, o edifício composto por casa térrea sob dois sobrados (fig. 7.4 : variante 05). Situada na rua dos Ferreiros (atual rua José Estevão) localizava-se a morada de casas de Maria da Encarnação, a filha do ferreiro Francisco Xavier da Rosa. Eram “...compostas por um baixo, duas altas e uma escadas...”⁶¹. Não existem quaisquer indicações nos registos descritivos mas seriam demasiada pretensão acreditar que no piso térreo desta morada de casas poderá ter existido, em algum tempo, a forja deste ferreiro?

Na tipologia de morada de casa constituída por várias casas as construções chegam a atingir a dezena de compartimentos interiores. Quantas mais casas se enumeram mais concreto se torna o uso destinado a algumas delas. Repetem-se as referências a quatinhos, apartados ou casinhas com várias funções, como aquela em que está o forno ou aquela em que está a caldeira da destilaria. Referem-se corredores interiores que ligam as casas até ao quintal, ou corredores

⁶⁰ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 185 v.º - 187; fólhos 249-249v.º.

⁶¹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 185 v.º - 187; fólhos 403 v.º - 405 v.º.

exteriores que ligam as moradas de casas a um poço comum. Dentro dos quintais estão muitas vezes a cavaliariça, um palheiro ou uma casinha de despejos e a escada que vai para a açoteia ou para a varanda. O melhor exemplo da complexidade que uma morada de casa setecentista pode atingir regista-se num outro tomo, o da Misericórdia, de 1784. As casas do Dr. João da Silva Sanxes, na zona da Ribeira, contavam com treze altos; uma varanda; uma açoteia; sete baixos sendo um destes uma adega para os potes de azeite; três quintais; uma estrebaria e sobre esta, um palheiro (“...o da palha...”); uma casa “...para os moços...” e sobre esta um palheiro para a alfarroba⁶².

A última variante desta tipologia (fig. 7.5 : variante 06) identificamo-la a partir da descrição da morada de casa que o pedreiro João José tinha na rua de São Francisco. Onde hoje está erigido o Palácio Belmarço, existiu outrora uma habitação bem mais modesta composta por “...cinco casas (...) três de frente e duas de fundo (...) quintal com um poço...”⁶³. Constitui dos poucos casos que nos permitem vislumbrar concretamente a disposição interna da habitação corrente fareNSE setecentista ainda que de uma forma muito breve. Neste quarteirão em particular as habitações que aqui existiram no final do século XVIII estavam condicionadas pela pouca profundidade do mesmo, que confrontava a poente com um canal de água que vinha de São Francisco até a Alagoa.

A casa nobre

Um apontamento para a questão da *casa nobre* cujas referências não são frequentes entre os edifícios construídos nos *prédios* de gestão concelhia. Os únicos três edifícios que ficaram descritos como casas nobres no tomo da câmara de 1794 pouco ou nada têm em comum. Ao tentarmos identificar eventuais aspetos ou características partilhadas pelos três edifícios referenciados deparamos com a omissão de informação que em uns existe e noutros não. Ou seja, se num dos casos temos as dimensões do edifício nos outros dois estas não existem. Se em dois dos registos, cujos proprietários são do género masculino, existe a referência à profissão, no caso da proprietária isso não acontece, o que nos impossibilita uma análise, ainda que superficial, ao nível da condição social dos mesmos. Não conseguimos igualmente avaliar quanto à composição morfológica ou compartimentação interna, pela mesma razão de que não existe a descrição dos três edifícios. O único ponto em comum é a referência às respetivas localizações. Embora bastante afastados entre si apercebemo-nos que são locais de certa importância. No primeiro caso trata-se de uma morada de casas nobres que Ana Jacinta, a mouroa velha, e o seu marido Simão da Fonseca tinham na rua do colégio

⁶² Arquivo da Misericórdia de Faro - *Tombos dos Foros*, 1784, fôlio 4.

⁶³ ADF – AHCMF – Série DJA.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos*, 1794-1822. Lv. n.º 1 (1794/1796), fôlios 265 – 267 v.º.

(atual rua Lethes) e cujo quintal deitava para o largo homónimo (atual largo da Mota). O segundo caso trata-se da morada de casas nobres que Francisco de Oliveira, tinha na rua Castilho (atual travessa Castilho). E o terceiro caso trata-se de uma morada de casas que Joaquim de Azevedo tinha no interior da Vila Adentro por detrás do edifício do trem do castelo. É portanto comum aos três edifícios a localização em pontos importantes da cidade mas não terá sido esse o aspeto tido em conta quando as referiram como *casas nobres*. Se no primeiro caso a rua do colégio é um importante eixo viário valorizado com a construção do edifício que lhe dá nome, no segundo trata-se de uma zona de ocupação extramuros antiga e cuja própria evolução do *prédio* onde está inserido nos permite concluir quanto às características periurbanas deste, no terceiro a sua localização no interior da Vila Adentro é por demais evidente.

A morada de casas nobres de Ana Jacinta faz apenas referência à cavaliçã existente no interior do quintal e estavam inseridas num aforamento cujo prédio já se encontrava subdividido em seis moradas de casas mas que foi originalmente um fumeiro. A morada de casas nobres de Francisco Oliveira, feitor da portagem, insere-se num quarteirão que foi igualmente um antigo fumeiro. Era composta por doze casas altas, varanda e quintal como os baixos à proporção, o que perfaz um total de vinte e quatro compartimentos internos. Por sua vez a morada de casas nobres do cônego Joaquim de Azevedo era composta por seis altos e oito baixos e tinha quintal com poço e uma casa térrea. Media vinte e três varas e meia de comprimento, do norte ao sul, por onze varas de largo, do poente ao nascente.

Toponímia urbana

Não podemos terminar sem antes referir que no decorrer do nosso estudo surgiram referências, ainda que pontuais, a edifícios e ruas com funções específicas que ficaram registadas, embora de forma sumária, no tomo de 1794.

Amélia Andrade diz-nos que relativamente à época medieval a denominação de cada artéria resultava “...antes de mais, de uma apreensão visual que incluía a disposição das construções, os materiais utilizados, a existência de elementos decorativos, as actividades económicas dominantes que se completava com a percepção de ruídos e cheiros característicos...”⁶⁴. No final do século XVIII existiam na cidade de Faro ainda algumas artérias cujos nomes refletiam a sua origem medieval associadas a construções de carácter económico-profissional: ruas e largo da Cordoaria; rua dos Ferradores; rua dos Ferreiros; ruas e travessa das Alcaçarias; rua das Tendas ou ainda a rua do Forno.

⁶⁴ Amélia Andrade – “Conhecer e Nomear. A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”. *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares (Actas I)*. Lisboa : Universidade Aberta, 1993, p.123.

Identificamos duas tercenas de cordoeiros⁶⁵, uma situada na rua da Cordoaria (atual rua do Bocage) e outra na rua Nova da Alagoa (atual rua Veríssimo Almeida) paralela à anterior. A terцена da rua da Alagoa, que pertencia ao capitão Manuel de Oliveira Figueiredo, embora não tendo sido descrito o edifício, foi construída no terreno de um antigo fumeiro que pertenceu ao mercador Rafael de Sá. Eram construções independentes da habitação. O mesmo não acontecia com lojas ou armazéns cuja função comercial “...*impunham a especialização do espaço da moradia...*”⁶⁶ por serem normalmente localizados no piso térreo, o que remetia para o sobrado o espaço doméstico. Dos dez armazéns (e/ou lojas, em dois dos casos) identificados em terrenos aforados, seis são em edifícios com sobrado⁶⁷. Quatro são térreos mas três deles são anexos às moradas de casas⁶⁸ e apenas um é um edifício isolado⁶⁹. Em termos da sua localização, embora não especifiquem o uso a que se destinam, não surpreende que quatro deles se situem na rua da Praça Velha, também conhecida por rua das Tendas (atual rua Ivens⁷⁰) ou, próximo, na rua do largo da Cadeia (atual rua 1º de Maio⁷¹).

Temos dois casos com algum interesse de apropriação de espaço público dos quais a câmara faz aforamento. Um na rua do Aljube em que a câmara ao aforar uma travessa nas traseiras da Casa da Câmara permite que esta seja transformada em armazém, pertença de Francisco Xavier Lobo, deão da Sé de Faro. E outro na rua do Correio Velho (atual rua do Compromisso Marítimo, na parte sul), onde foi aforado um beco pela primeira vez em 1687 ao capitão Jerónimo Rebelo e que agora estava aforado a José Ferreira de Assunção e sua mulher Maria da Trindade⁷². Também as profissões podem ser indicativas quanto à função destinada a estes espaços. Nos casos da rua da Praça Velha e da rua do largo da Cadeia os foreiros estão ligados ao comércio. São ambos mercadores e um não tem indicada a profissão. Na rua do Pé da Cruz também há um vendeiro. Já na zona ribeirinha, na rua Direita, o foreiro era um arrais. Temos ainda referência a “...*uma casa grande*

⁶⁵ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 218-222, e fólhos 276 v.º - 278 v.º.

⁶⁶Manuel Sílvio Alves Conde – “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Media Aetas, n.º 34, 2000-2001, p.83.

⁶⁷ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 334 - 337; 344 - 346 v.º; 346 v.-348v.º;349-351; 351v.º - 354v.º e fólhos 405v.º - 407 v.º.

⁶⁸ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 276 v.º - 278 v.º; 412 - 414 e fólhos 418 v.º - 420 v.º.

⁶⁹ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 459 - 461 v.º.

⁷⁰ Em finais do século XIX denominada de Rua das Lojas, na planta de 1869-72.

⁷¹ Que à data também já era conhecida como rua da Estalagem Nova. ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 412 - 414.

⁷² ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 351 v.º - 354 v.º.

com um forno de cozer pão e todas as oficinas necessárias para o dito forno...⁷³, localizada na rua de São Francisco próximo do Porta do Repouso, que pertencia ao capitão Manuel de Oliveira Figueiredo. E a uma destilaria de aguardente. Esta no entanto não deve constituir caso singular uma vez que a caldeira encontrava-se numa de duas casinhas que o foreiro João Martins e a mulher Maria Rosa tinham nos fundos do quintal, à rua Nova Baptista Pinto.

Na praça pública vamos encontrar o açougue da câmara e como tal um edifício público para usufruto da comunidade. Anexo à muralha medieval que o delimitava pelo sul, confrontava pelo poente com a casa da ermita da ermida de Nossa Senhora do Ó e pelo nascente com as casas do padre João Baptista Bartonhês.

Por último, constitui obviamente caso singular, o edifício da Casa da Câmara no interior da Vila Adentro localizado no mesmo local mas de dimensões muito menores. A câmara era constituída por duas casas altas sobre um armazém muito profundo que entrava na propriedade do deão da Sé. Eram antecedidas por uma varanda gradeada e a elas se tinha acesso por umas escadas de pedra.

Para além destes aforamentos, vão surgindo aqui e ali, aquando da nomeação das confrontações, referências a um ou outro edifício utilitário. Como o antigo açougue dos mesteres, no gaveto da rua do Pé da Cruz em frente à pontinha do Peixoto⁷⁴ ou o hospício dos carmelitas, na rua Entre Fumeiros (atual rua do Montepio), onde se encontrava instalado o hospital dos soldados⁷⁵.

Conclusão

Em forma de remate, mas muito longe desta temática estar encerrada pois que este artigo é apenas o resultado de algumas considerações sobre a edificação urbana de Faro no final do século XVIII, podemos concluir que nem todo o *prédio* emprazado era construído. Alguns constituíam quintais ou terrenos anexados a outras moradas de casas que os foreiros tinham. Compreendemo-los como uma intenção de ampliar a área da habitação quer para a edificação de pequenas construções, sempre nos fundos das casas, quer para a prática da agricultura de subsistência. A anexação de diferentes parcelas pode também acontecer na morada de casa propriamente dita. Isto sucede quando o lote em que está inserida não permite mais ampliação horizontal e assim recorre-se à agregação da casa ao lado ou atrás. Ainda nesta sequência o edificado pode crescer em altura, embora não se registem mais do que os dois pisos, sendo predominante, ainda assim, o piso térreo.

⁷³ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 272-274 v.º.

⁷⁴ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 194 – 195 v.º.

⁷⁵ ADF – AHCMF – Serie D/A.2 – *Tombos dos foros e bens do concelho, dos prédios urbanos e rústicos, 1794-1822*. Lv. n.º 1 (1794/1796), fólhos 458 v.º - 487 v.º.

Em último recurso pede-se em aforamento a travessa ou a azinhaga confrontante, normalmente justificando com questões de higiene e saúde públicas. Dois terços das moradas de casas corrente estudadas em Faro eram dotadas do seu quintal no interior do lote. Muitas vezes estes são ligados por corredores que levam a um poço comum a vários moradores. Sendo mais habitual a partilha entre apenas dois foreiros cujas propriedades confrontam.

A casa corrente adapta-se à área ocupada pelo lote em que está construída. Pode ter desde fachada única, a duas ou até três fachadas, casos em que a construção ocupa um gaveto. No primeiro caso, à fachada principal à face da rua, opõem-se o quintal no interior que confronta com o quintal do lote adjacente. Noutros as casas desenvolvem-se de tal forma em profundidade que o próprio quintal tem porta para a rua detrás.

Nas tipologias arquitetónicas identificadas predomina a composição simples. Deduz-se pelo reduzido número de compartimentos interiores e pelas poucas referências a singularidades arquitetónicas dignas de registo. Nas que adquirem alguma complexidade refletem-se usos e as vivências associadas às diferentes funções do quotidiano dos seus proprietários: é a loja, o armazém, o forno, a destilaria, como espaço de trabalho ou como fonte de rendimento. Como vimos, estas desenvolvem-se em espaços distintos, normalmente em pisos diferentes, em que a atividade profissional obriga a função habitacional a recuar para o piso superior. É na casa com sobrado que encontramos mais variedade. O número de compartimentos varia consoante as dimensões da própria construção e destas duas premissas depende a individualização de uma ou outra função.

Estamos perante um conjunto edificado no qual identificámos as características medievais que, em Faro, se perpetuaram no tempo e no espaço. Não só ao nível do quarteirão e do lote, mas também, e principalmente, ao nível da arquitetura corrente, inseridas num lote pequeno e constringido, no centro, e largo e espaçoso na periferia. Sobre os edifícios nobres poucas referências. Quem tinha posses escolhia o lugar onde habitava, escolhia o local mais central, o mais nobre, escolhia as principais artérias da cidade.

Fontes Manuscritas

ADF / AHCMF – Série D/A.2, *Tombos dos foros e bens do Concelho dos prédios urbanos e rústicos*, 1794/1822. Lv. N.º 1 (1794/1796).

AMF, *Tombos dos Foros*, 1784.

Fontes Iconográficas e Cartografia

Câmara Municipal de Faro / Museu Municipal de Faro, *Planta da Cidade de Faro* (executada por fotogrametria aérea), por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lehmann Taveira (engenheiro agrónomo), 1931.

Instituto Geográfico Português, *Planta da Cidade de Faro, que serviu de base ao Plano Hidrográfico das*

Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B. M.ª F. d'Andrade em 1869, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872, (à escala 1:2500 / papeis de prancheta n.º 12, n.º 13, n.º 27 e n.º 28), 1869-1872.

Ortofotomapa de 2007. - <http://mapas.cm-faro.pt/>

Planta da Cidade de Faro. Cartografia Digital do Concelho de Faro. Câmara Municipal de Faro – Núcleo de SIG, 2005.

Bibliografia

ANDRADE, Amélia, “Conhecer e Nomear. A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”, *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares (Actas I)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Sobre a Casa Urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média”, *Revista Arqueologia*, n.º 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média”, *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*. Media Aetas, n.º ¼, 2000-2001.

CORREIA, José Eduardo Horta, “A Torre da Horta dos Cães”, *Monumentos*, n.º 24, Lisboa, DGEMN, 2006.

FERNANDES, José Manuel, *A Casa Popular do Algarve, espaço rural e urbano, evolução e actualidade*, Faro, C.C.D.R. Algarve, 2007.

GASPAR, Jorge, “os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, *Conversas à volta dos conventos*, Virgínia Fróis (coord.), Évora, Casa do Sul, 2002.

MACHADO, José Pedro (coord.), *Grande Dicionário de língua Portuguesa*, Lisboa, Alfa, vol. III, 1991.

MARADO, Catarina Almeida, *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*, tesis doctoral (policopiado), Sevilla, Universidad de Sevilla, 2007

MUZAVOR, Merja, *A Alfândega de Faro*, tese de licenciatura (policopiado), Faro, Universidade do Algarve, 2006.

RODRIGUES, Tânia, “A evolução urbana da cidade”, *Monumentos*, n.º 24, Lisboa, DGEMN, 2006.

RODRIGUES, Tânia, *Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura*, tese de mestrado (policopiado), Faro, Universidade do Algarve, 2010.

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

SERRÃO, José, Vicente, "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", *História de Portugal: O Antigo Regime*, (dir. José Mattoso), vol. 4º, Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

TRINDADE, Luísa, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.



Figura 1 – Ortofotomapa de 2007 – <http://mapas.cm-faro.pt/>. Pormenor do quarteirão.

Figura 1.1 – Identificação do quarteirão em 1794 sobre pormenor da planta atual da cidade. Cedida pela Câmara Municipal de Faro. Núcleo de SIG, 2005.

Figura 1.2 – Identificação do quarteirão na planta da cidade de 1869-72. Pormenor. Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B.M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.

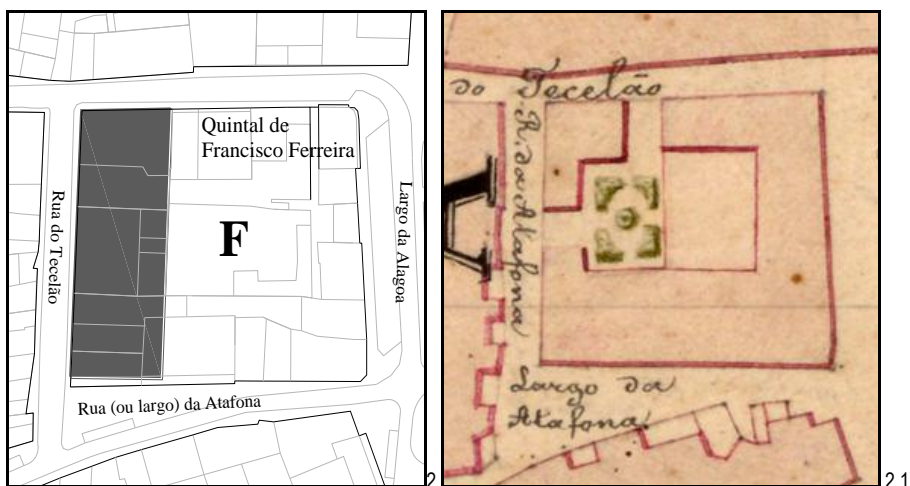


Figura 2 - Identificação do quarteirão em 1794 sobre pormenor da planta atual da cidade. Cedida pela Câmara Municipal de Faro. Núcleo de SIG, 2005.

Figura 2.1 – Identificação do quarteirão na planta da cidade de 1869-72. Pormenor. Papel de prancheta n.º 27 da planta original (à escala 1:2500) que serviu de base ao Plano Hidrográfico das Barras e Portos de Faro e Olhão, levantada pelo Engenheiro Hidrográfico B.M.ª F. d'Andrade, e concluída pelo Capitão do Exército, A. J. Perry em Dezembro de 1872.



Figura 2.2 – Identificação do quarteirão na planta da cidade de 1931. Pormenor. Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lenhmann Taveira (engenheiro agrónomo).

Figura 2.3 – Ortofotomapa de 2007 – <http://mapas.cm-faro.pt/>. Pormenor do quarteirão.



Figura 3 – Composição do quarteirão no bairro ribeirinho, sobre pormenor da planta atual da cidade. Cedida pela Câmara Municipal de Faro. Núcleo de SIG, 2005.

Figura 3.1 – Identificação dos quarteirões na planta da cidade de 1931. Pormenor. Planta executada por fotogrametria aérea, para a Câmara Municipal de Faro, por Jaime Henrique de Sá Viana Couceiro (1º Tenente da Marinha) e Frederico Lenhmann Taveira (engenheiro agrónomo).

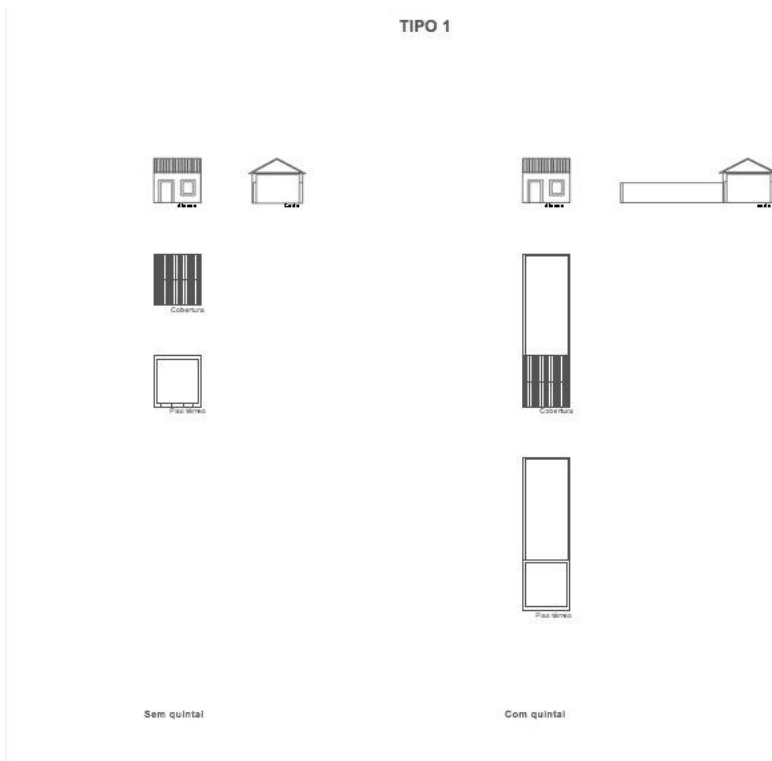


Figura 4– Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 1.

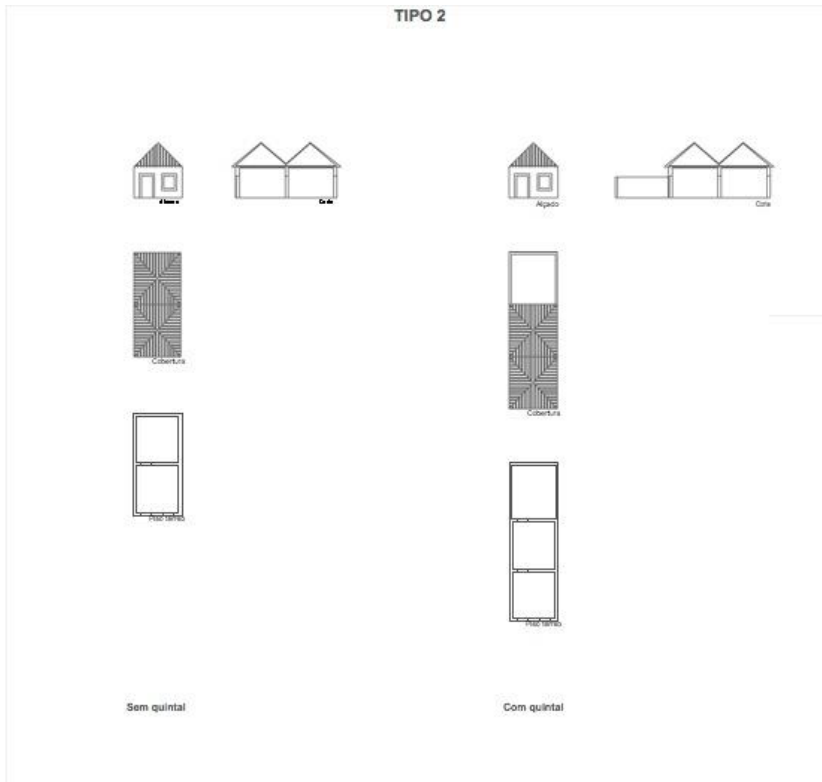


Figura 5 – Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 2.

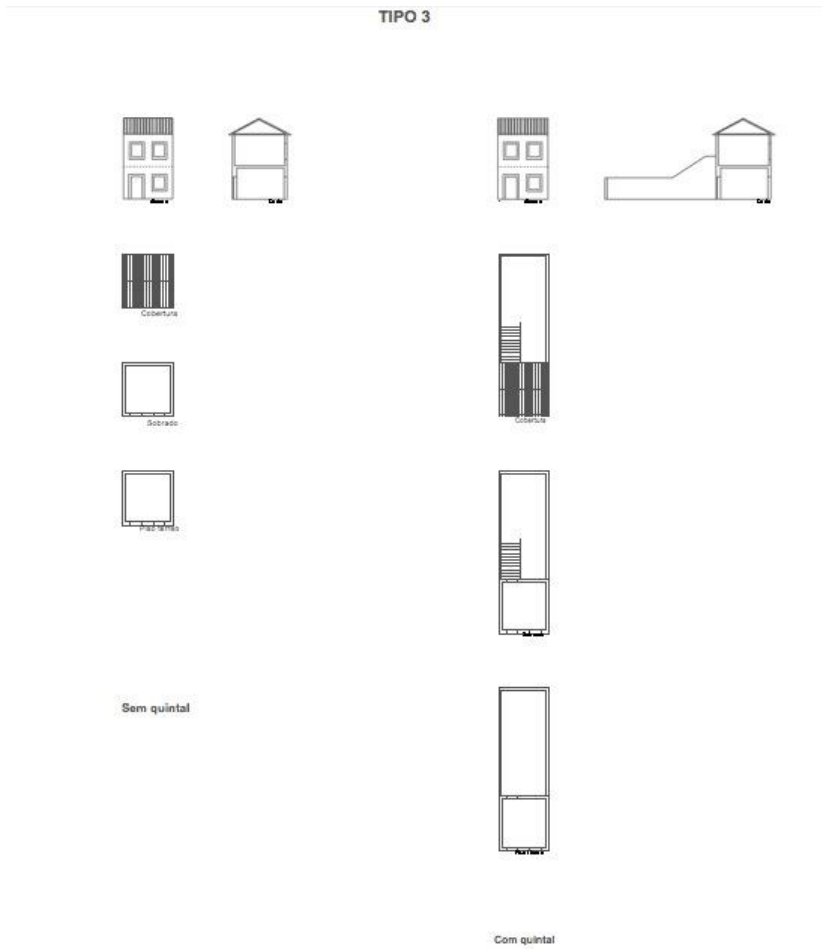


Figura 6 – Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 3.

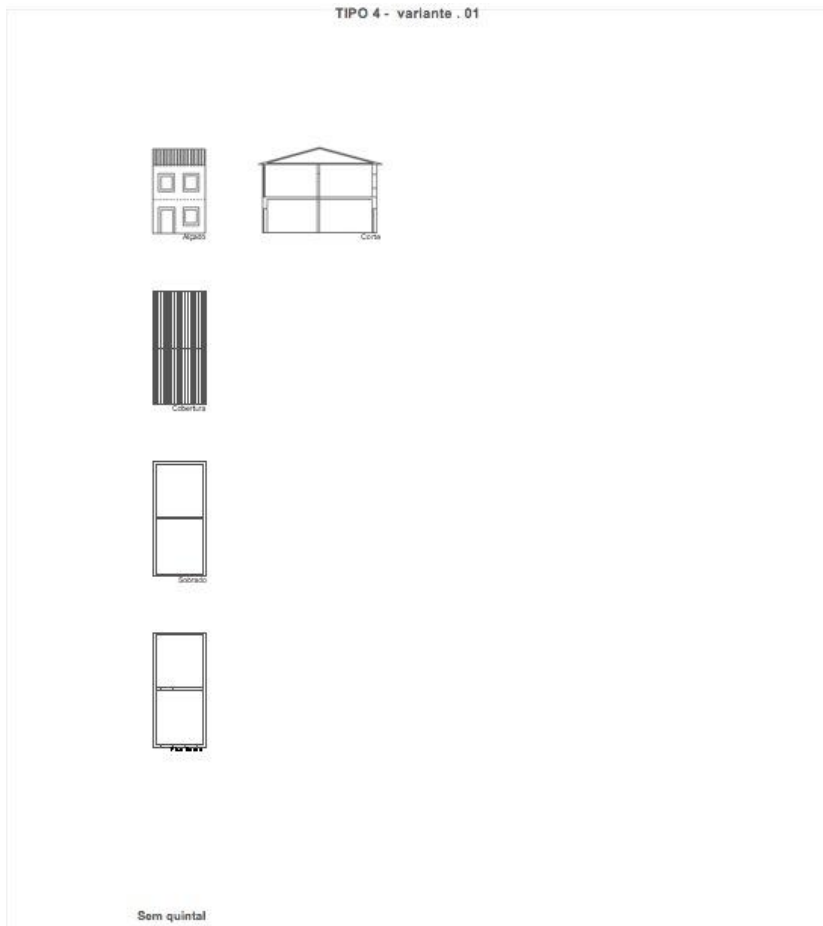


Figura 7 – Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 01.

TIPO 4 - variante . 02

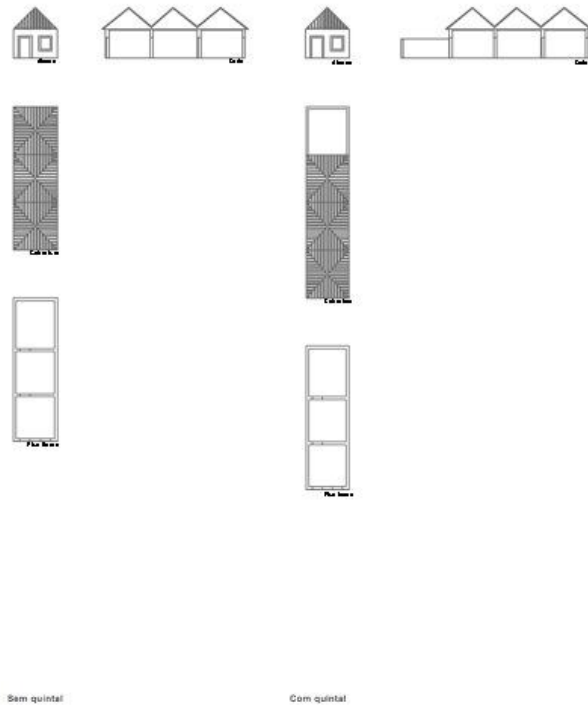


Figura 7.1 – Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 02.

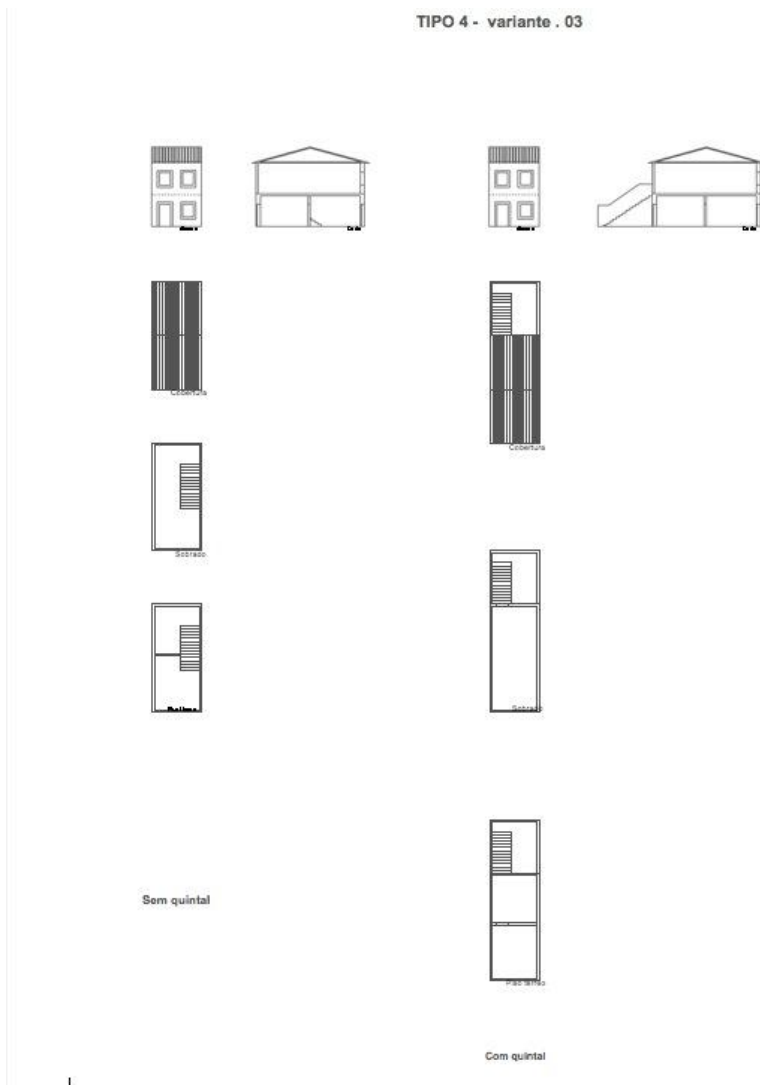


Figura 7.2 - Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 03.

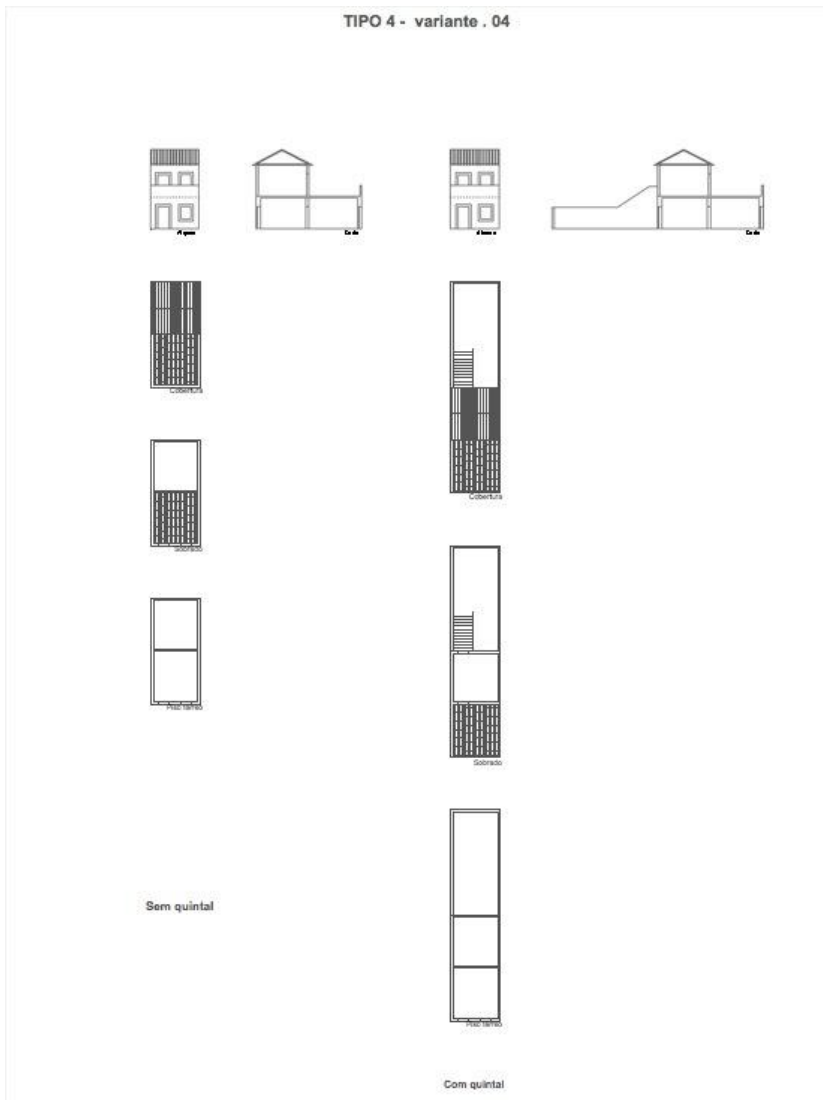


Figura 7.3 - Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 04.

TIPO 4 - variante . 05

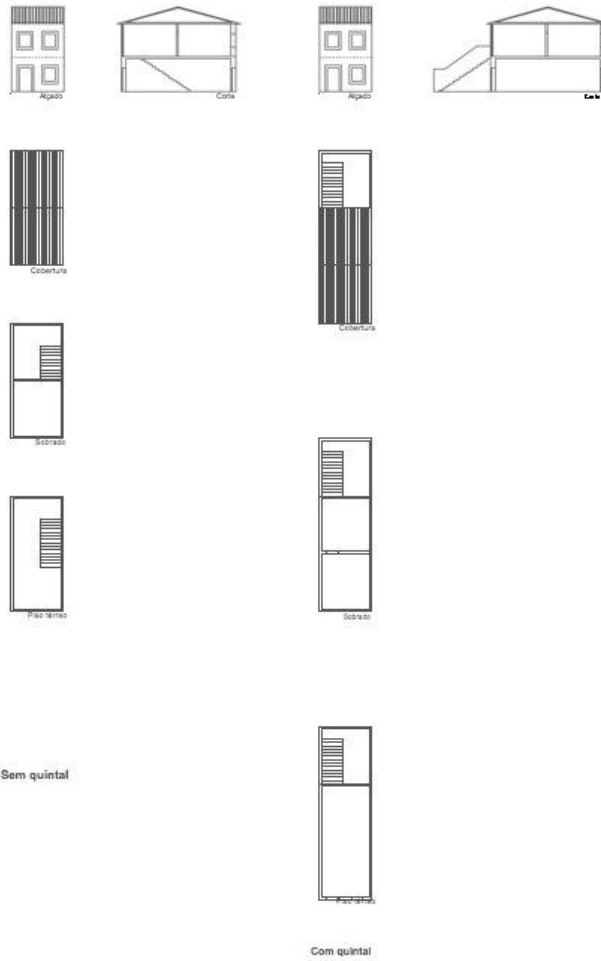


Figura 7.4 - Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 05.

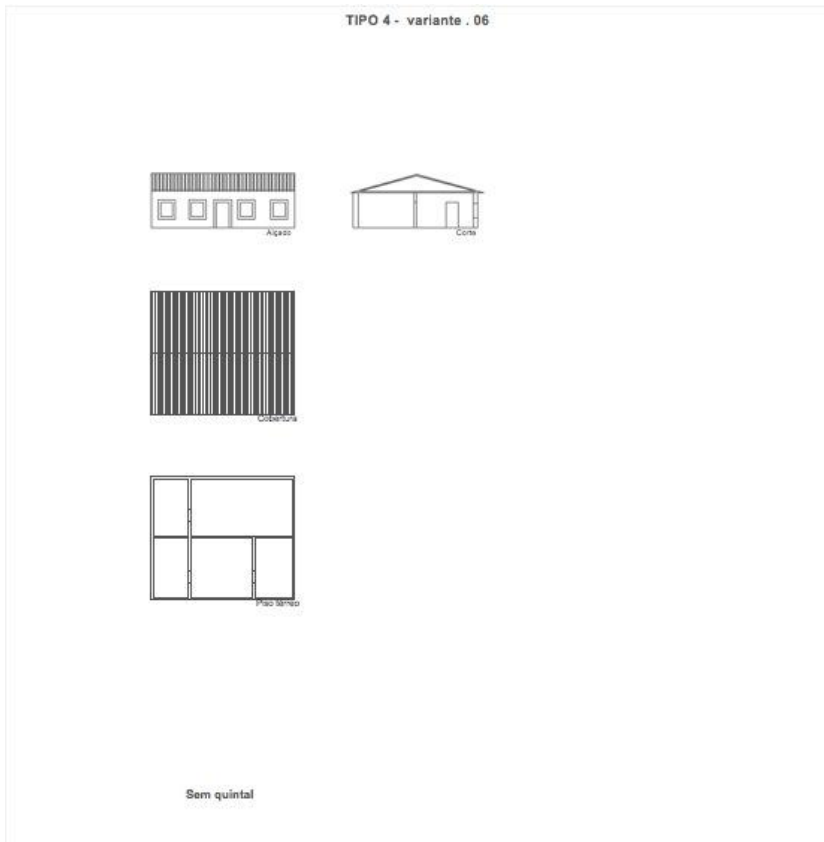


Figura 7.5 - Edifício de habitação corrente. Esquema hipotético do tipo 4, variante 06.

